

ENTREVISTA COM...

Por FÉLIX NETO (*) e
RUI ABRUNHOSA GONÇALVES (**)

A nossa época suscita imensas brassagens de populações. Pessoas emigram de um país para outro e culturas são assim confrontadas e misturadas. Se a França acolheu mais de três milhões de trabalhadores estrangeiros, fora do território português vivem hoje cerca de quatro milhões de Portugueses.

Desde 1975 o Centre Charles Richet des Dysfonctions de l'Adaptation (CREDA) analisa o modo como as pessoas vindas de algures se adaptam em França. Esse centro resulta da fusão de dois outros centros: o Centro de Psiquiatria Social, criado em 1962 pelo Professor Roger Bastide, e o Centro Charles Richet de estudo da personalidade normal e patológica post-concentraciária, fundado em 1964 pelo doutor Antonin Mans.

O CREDA, ao nível da investigação, herda do professor Roger Bastide a preocupação de uma abordagem multidisciplinar dos conflitos de culturas, apreendidos como crises de função; o estudo destas últimas permite uma abordagem compreensiva das sociedades em contacto.

O centro é dirigido desde a sua criação pelo professor François Raveau, professor de anatomia do sistema nervoso na Faculdade de Medicina de Paris (CHU Necker) e director de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris). É enquanto biólogo, psico-antropólogo e sociólogo que o professor anima a sua equipa de investigadores e aborda, com Félix Neto, problemas reencontrados pelas segundas gerações.

A entrevista foi efectuada em Junho de 1985, aquando da visita do Professor Doutor François Raveau à Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade do Porto, onde participou num júri de provas de doutoramento naquela Faculdade.

— *Será que existe uma segunda geração?*

— Um dos mais graves problemas existentes a nível da segunda geração refere-se à própria definição do conceito. Há, portanto, de acordo com as definições dadas a esta palavra, várias segundas gerações. Desde logo há assim um início de confusão.

Em seguida, embora tratando-se da mesma definição, aparecem diferenças. Tome-se o exemplo de uma criança filha de migrantes nascida em França e cujos pais são africanos, ou seja, filha de pais negros, ao lado de uma criança filha de migrantes portugueses. No segundo caso, será praticamente impossível fazer a distinção, no que diz respeito à sua aparência, entre esta criança e uma criança francesa.

Um segundo problema da definição da segunda geração emerge das próprias análises bibliográficas feitas acerca deste tema. A confusão surge pelo facto de se chamar, indistintamente, filhos de migrantes, todas as pessoas da segunda geração e, reciprocamente, os filhos de migrantes são todos os homens



FRANÇOIS RAVEAU

da segunda geração, o que é falso. Se nos referirmos aos trabalhos da Escola de Chicago, temos, como definição estrita de segunda geração, a criança filha de migrantes nascida no país de acolhimento.

— *Então, parece poder-se dizer que não haveria uma segunda geração mas várias segundas gerações...*

— Nesse momento tentaram-se estabelecer limiares. Em primeiro lugar surge aquele que nasceu no país de acolhimento. Em seguida surge o que, nascido no país de origem, veio em novo para o país de acolhimento. Mas que quer dizer isso de «novo»? A psicologia genética, a Escola de Spitz, os freudianos, vão dizer que é com menos de seis meses, menos de 3 anos, o que é possível. Para outros, o limiar é marcado pelo início da escolarização, isto é, 4-5 anos. Mas que escolarização? Pode ser o jardim infantil ou pode ser o processo de alfabetização. De forma que, como se pode ver, a confusão alastra e sempre que se fala da segunda geração é preciso estar muito atento e saber do que é que se está a falar. Este é um dos problemas.

Mas a situação encerra outras complicações.

Quando a Escola de Chicago definiu, nos anos vinte, num contexto norte-americano de uma migração transcontinental, essa noção de segunda geração, é preciso ter em conta que a aviação dava os seus primeiros passos, a marinha, ou melhor, os navios já não eram de vela mas ainda assim era uma aventura atravessar o Atlântico para ir da Europa à América. Consequentemente, a noção de regresso frequente no momento das férias, as visitas aos avós, o processo de educação mista, ainda não se vislumbravam. Hoje em dia, tudo isso interessa às migrações europeias e essencialmente à portuguesa em França. Interessa igualmente uma prática de integração norte-africana bem como, para os franceses, tem importância a migração Antilhana e das Martinicas. Damo-nos assim conta de uma fonte complementar de confusão. E porquê? Porque as crianças que vão ser educadas vão nascer no país de acolhimento, mas em seguida vão ser reenviadas para o país de origem para serem criadas pelos avós, porque estes têm ou dispõem de mais tempo que os pais das crianças da segunda geração. Quanto a estes, os pais, devem-se bater para realizar a rein-

(*) Professor auxiliar da FPCE-UP.

(**) Licenciado em Psicologia pela FPCE-UP.

ENTREVISTA COM...

Por FÉLIX NETO (*) e
RUI ABRUNHOSA GONÇALVES (**)

A nossa época suscita imensas brassagens de populações. Pessoas emigram de um país para outro e culturas são assim confrontadas e misturadas. Se a França acolheu mais de três milhões de trabalhadores estrangeiros, fora do território português vivem hoje cerca de quatro milhões de Portugueses.

Desde 1975 o Centre Charles Richet des Dysfonctions de l'Adaptation (CREDA) analisa o modo como as pessoas vindas de algures se adaptam em França. Esse centro resulta da fusão de dois outros centros: o Centro de Psiquiatria Social, criado em 1962 pelo Professor Roger Bastide, e o Centro Charles Richet de estudo da personalidade normal e patológica post-concentraciária, fundado em 1964 pelo doutor Antonin Mans.

O CREDA, ao nível da investigação, herda do professor Roger Bastide a preocupação de uma abordagem multidisciplinar dos conflitos de culturas, apreendidos como crises de função; o estudo destas últimas permite uma abordagem compreensiva das sociedades em contacto.

O centro é dirigido desde a sua criação pelo professor François Raveau, professor de anatomia do sistema nervoso na Faculdade de Medicina de Paris (CHU Necker) e director de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris). É enquanto biólogo, psico-antropólogo e sociólogo que o professor anima a sua equipa de investigadores e aborda, com Félix Neto, problemas reencontrados pelas segundas gerações.

A entrevista foi efectuada em Junho de 1985, aquando da visita do Professor Doutor François Raveau à Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade do Porto, onde participou num júri de provas de doutoramento naquela Faculdade.

— *Será que existe uma segunda geração?*

— Um dos mais graves problemas existentes a nível da segunda geração refere-se à própria definição do conceito. Há, portanto, de acordo com as definições dadas a esta palavra, várias segundas gerações. Desde logo há assim um início de confusão.

Em seguida, embora tratando-se da mesma definição, aparecem diferenças. Tome-se o exemplo de uma criança filha de migrantes nascida em França e cujos pais são africanos, ou seja, filha de pais negros, ao lado de uma criança filha de migrantes portugueses. No segundo caso, será praticamente impossível fazer a distinção, no que diz respeito à sua aparência, entre esta criança e uma criança francesa.

Um segundo problema da definição da segunda geração emerge das próprias análises bibliográficas feitas acerca deste tema. A confusão surge pelo facto de se chamar, indistintamente, filhos de migrantes, todas as pessoas da segunda geração e, reciprocamente, os filhos de migrantes são todos os homens



FRANÇOIS RAVEAU

da segunda geração, o que é falso. Se nos referirmos aos trabalhos da Escola de Chicago, temos, como definição estrita de segunda geração, a criança filha de migrantes nascida no país de acolhimento.

— *Então, parece poder-se dizer que não haveria uma segunda geração mas várias segundas gerações...*

— Nesse momento tentaram-se estabelecer limiares. Em primeiro lugar surge aquele que nasceu no país de acolhimento. Em seguida surge o que, nascido no país de origem, veio em novo para o país de acolhimento. Mas que quer dizer isso de «novo»? A psicologia genética, a Escola de Spitz, os freudianos, vão dizer que é com menos de seis meses, menos de 3 anos, o que é possível. Para outros, o limiar é marcado pelo início da escolarização, isto é, 4-5 anos. Mas que escolarização? Pode ser o jardim infantil ou pode ser o processo de alfabetização. De forma que, como se pode ver, a confusão alastra e sempre que se fala da segunda geração é preciso estar muito atento e saber do que é que se está a falar. Este é um dos problemas.

Mas a situação encerra outras complicações.

Quando a Escola de Chicago definiu, nos anos vinte, num contexto norte-americano de uma migração transcontinental, essa noção de segunda geração, é preciso ter em conta que a aviação dava os seus primeiros passos, a marinha, ou melhor, os navios já não eram de vela mas ainda assim era uma aventura atravessar o Atlântico para ir da Europa à América. Consequentemente, a noção de regresso frequente no momento das férias, as visitas aos avós, o processo de educação mista, ainda não se vislumbravam. Hoje em dia, tudo isso interessa às migrações europeias e essencialmente à portuguesa em França. Interessa igualmente uma prática de integração norte-africana bem como, para os franceses, tem importância a migração Antilhana e das Martinicas. Damo-nos assim conta de uma fonte complementar de confusão. E porquê? Porque as crianças que vão ser educadas vão nascer no país de acolhimento, mas em seguida vão ser reenviadas para o país de origem para serem criadas pelos avós, porque estes têm ou dispõem de mais tempo que os pais das crianças da segunda geração. Quanto a estes, os pais, devem-se bater para realizar a rein-

(*) Professor auxiliar da FPCE-UP.

(**) Licenciado em Psicologia pela FPCE-UP.

tegração, para realizar a readaptação, para realizar o máximo de benefício que motivou a migração económica e portanto não têm tempo para se ocupar do filho ou dos filhos que têm. E, assim, durante um, dois, três, quatro, cinco anos, a criança vive com os avós até ao momento em que a integração já está mais conseguida. A partir daí não é mais necessário protegê-la, há que reintegrá-la com os pais, já pode ir à escola, e temos assim uma criança que nasceu no país de acolhimento e que passou vários anos no país de origem dos seus pais.

Há, portanto, noções de definições de datas que podem ser reguladas pelo estado civil, como o local de nascimento, mas em seguida existe essa dimensão psico-antropológica que consiste no estudo atento sobre o terreno com o fim de não nos limitarmos unicamente aos dados demográficos.

— Poder-se-á então dizer que a utilização desse tipo de abordagem psico-antropológica da segunda geração, palavra de difícil delimitação como acaba de referir, permitirá fazer ressaltar o facto de que nem mesmo as segundas gerações são idênticas entre si?

— Tomemos o exemplo da França. Mesmo supondo que temos duas amostras correspondentes entre si e com as respectivas variáveis controladas...

Imaginemos o caso de crianças que nasceram no país de acolhimento após uma duração de estadia dos pais idêntica. Os processos educativos vão ser completamente diferentes se se tratar de uma criança que nasceu nos primeiros seis meses de estadia do que se tiver nascido ao cabo de dez anos de estadia. Neste último caso a inserção e a adaptação serão melhores. Controlemos então ao máximo as variáveis: mesma duração de estadia, a criança nasceu no meio de acolhimento, não esteve em férias nem foi criada pelos avós, e nessa altura dar-nos-emos conta que as amostras não são comparáveis. Vejamos três exemplos:

O primeiro exemplo, o mais fácil, é o de uma criança portuguesa que nasceu em França. Ao nível da existência de diferenças, estas serão muito difíceis de perceber pelo aspecto externo, a aparência, o fenómeno. E mesmo que ele se chame «da Silva» ou outro nome especificamente português, a sociedade de acolhimento francesa vai ser muito mais tolerante, mesmo tendo em conta a existência de motivos de conflitos e tensões desencadeados em 1815 entre a França e Portugal.

Tomemos agora outro exemplo. A criança é senegalesa. A criança é um africano negro que será imediatamente reconhecido, discriminado, e a atitude do país de acolhimento será fundamentalmente exclusiva. Não falo do termo racismo, falo do termo discriminação que fará com que o percurso de adaptação deste filho de migrantes seja completamente diferente do do jovem «da Silva».

Tomemos finalmente um exemplo intermediário, o de um jovem magrebino, um argelino. Neste ponto convém lembrar que entre a França e a Argélia há um contencioso de descolonização. Há estereótipos que circulam no espírito dos franceses que constituem a sociedade de acolhimento. O tipo magrebino é sinónimo de violência, sinónimo de temas bastante inquietantes para a sociedade francesa. Os processos de dis-

criminação serão diferentes dos do africano negro mas, contudo, existirão e o jovem magrebino será mais ou menos reconhecido.

As coisas podem ainda complicar-se mais. No interior do grupo magrebino, e segundo uma tese recentemente efectuada, foram encontradas diferenças no percurso de adaptação consoante se trate de uma criança do tipo norte-africano, isto é, de pele mais escura, os cabelos encaracolados, ou se trate de uma criança magrebina mas do tipo berbere, cuja cor de pele é menos escura, os cabelos menos frisados, os olhos mais claros. Isto demonstra que é preciso ter atenção à sociedade de acolhimento.

Portanto, a sociedade de acolhimento vai fabricar, de acordo com o seu «olhar», tipologias de crianças da segunda geração diferentes. Isto, no que diz respeito à sociedade de acolhimento,

Examinemos de seguida o que se irá passar com a sociedade acolhida. A noção de tolerância que irá ser percebida pelos pais das crianças de migrantes vai reflectir-se sobre as indicações dos filhos de migrantes. Os níveis de exigência bem como as experiências de discriminação sofridas pelos pais vão de certeza reflectir-se sobre os filhos. E, ao mesmo tempo, a cultura e as distâncias culturais. Pode-se mesmo falar da etnicidade intrometendo-se neste assunto...

— Creio que esta palavra, «eticidade», é uma palavra que lhe é bastante cara, tendo mesmo desenvolvido um modelo muito específico. Pode-nos falar dele?

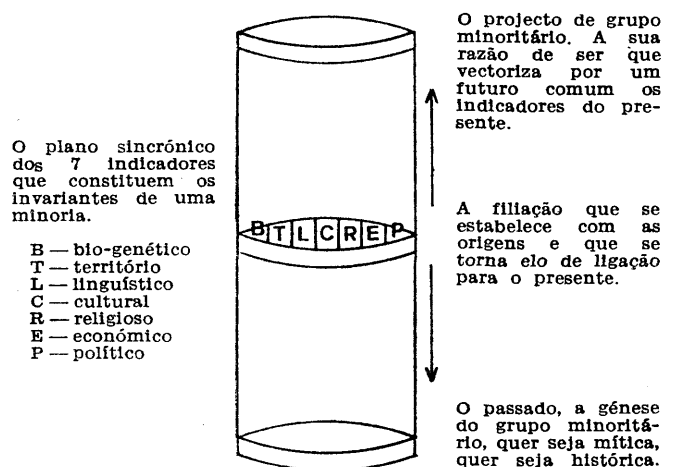


Figura 1 — Modelo de visualização dos componentes que intervêm na definição das Minorias. A partir da componente central, sincrónica, representante do estado actual, o estádio inferior é portador do passado e o estádio superior é portador do projecto.

— Diga-se desde já que este modelo de etnicidade não foi invenção minha, é um conceito americano.

— De qualquer forma, deve-se a si a sua introdução em França.

— O nosso interesse por este conceito deriva do facto de se tratar de um conceito novo, operativo, holístico e que tem em conta várias variáveis em vez de se concentrar apenas numa e excluir as restantes. Além disso ele apoia-se, ao mesmo tempo, em disciplinas diferentes que retêm parâmetros sociológicos,

etnológicos e psicológicos. Podemos defini-lo como uma consciência de pertença. Dito de outro modo, há a etnicidade que se reivindica — eu posso reivindicar que sou francês, por exemplo, mas o «olhar» dos outros pode «dizer» que não tenho uma cabeça de francês mas sim de inglês, por exemplo, e consequentemente recusar-me o que reivindico. Eu tenho a consciência de pertencer a uma colectividade e o «olhar» do outro pode, ao contrário, recusar-me a pertença a essa colectividade e identificar-me como pertencente a outro universo, a outro mundo. No meu caso, ser francês ou inglês não me incomoda. Suponha contudo que sou negro e que me declaro francês. Nessa altura o «olhar» do francês vai «dizer»: «...mas aquele não é francês, não é francês porque é negro». Há portanto uma recusa ao meu desejo de pertença.

Esta consciência de pertença colectiva é uma outra definição e vai fazer entrar em jogo um certo número de factores. Existem factores do ponto de vista biofísico, nos quais insisto bastante já que são os primeiros a ser constatados (ou se é branco ou se é negro...). Há também factores linguísticos (ou se fala ou não se fala a língua; ou se tem sotaque ou não se tem...). Há factores de território, factores de espaço. Posso afirmar-me como um nativo de uma ilha imaginária, irreal, com os seus perfumes, o seu clima, a sua especificidade de solo. Posso igualmente colar-me a essa noção de espaço dizendo, de certo modo, que pertença a uma ilha de bananas, de oásis, de desertos, de camelos... Há portanto um espaço geográfico que é muito importante neste domínio — todos sabemos que somos primatas e daí a importância da etologia. Existem depois domínios económicos. Se eu pertença a esta ou àquela etnicidade, muitas vezes isso será fruto dos meios de produção dessa etnicidade. A etnicidade judia, por exemplo, é reputada como comerciante ou situada no nível mais alto. Os portugueses, por seu lado, têm um estereótipo da produção económica e teriam sucesso na construção civil, nas indústrias alimentares.

— *Também tivemos êxito no comércio, por exemplo, se bem que a riqueza adquirida não tenha fecundado o território nacional.*

— Sim, também aí. Há portanto uma especificidade económica sobre a qual muitos exemplos poderiam ser dados.

Há uma especificidade religiosa, que não é das menores.

Note-se que cada vez que se enumeram estes indicadores não os devemos comparar à sociedade de acolhimento mas à sociedade donde provém a criança da segunda geração. Se esta pertence ao mundo islâmico, sendo por exemplo magrebina, e se se encontra num meio que se diz cristão ou pelo menos de tradições católicas, as distâncias serão bastante maiores do que no caso de um português praticante em maior ou menor grau de religião católica, mas tendo um inconsciente colectivo menos comum com os portugueses do que com os franceses. Efectua-se portanto uma simbiose.

Existem igualmente dimensões culturais. Por cultura devemos aqui adoptar a acepção mais estrita do termo, isto é, no sentido de um processo adaptativo e consequentemente um meio de sobrevivência, uma forma de educação. Para citar um exemplo que caracte-

terize a etnicidade subjacente a esta noção de cultura, no Quebec (Canadá) não se deve bater nas crianças. Se alguém for visto a bater numa criança deve ser denunciado. Quem tiver presenciado o facto e não o denunciar incorre em cumplicidade. Daí resulta que, pelo facto de nas culturas da orla mediterrânica e das Caraíbas ser frequente o castigo corporal, surgem imediatamente atitudes recriminatórias por parte da sociedade de acolhimento canadiana. Aí está um traço cultural. Por outro lado, há culturas onde dar um pequeno açoite a uma criança significa que se gosta dela enquanto que noutras isso é censurado. Há ainda culturas onde o alho é apreciado. Ora o alho tem um determinado odor e para quem não gosta desse odor criam-se problemas. Há uma distância nesta noção de alho.

Em minha opinião é preciso ver a cultura neste nível operativo: aliada a outra dimensão, a dimensão política que está por detrás destes critérios de etnicidade. A dimensão política pode ser vista no sentido geral, a gestão de uma colectividade, mas pode ser igualmente encarada como uma participação num projecto, uma participação num futuro, num processo de libertação de uma classe ou de uma nação, e tornar-se assim um fundo de conflitos. De forma que se enumerarmos todos estes indicadores políticos, culturais, económicos, religiosos, de território e de língua, teremos nesse momento uma segunda geração que pode ser definida de uma maneira bastante quantificável, dando inclusive a possibilidade de se estabelecer um perfil semelhante ao do da personalidade obtido em psicologia com o I6 PF. Nas nossas investigações tentámos estabelecer um perfil de etnicidade para poder identificar os grupos e defini-los um em relação aos outros.

— *Poderia indicar alguns resultados das investigações efectuadas neste domínio na comunidade Antilhana?*

— Ainda que seja difícil fornecer dados finais, pode-se desde já dizer que há factores irreduzíveis. A vantagem da etnicidade é a de possibilitar o inventário dos perfis, a objectivação de pontos de tensão e pontos de fricção. E no momento em que tal é feito estamos em condições de abordar e facilitar as relações entre os indivíduos.

— *Falou de pontos de tensão. Quais seriam, em sua opinião, os pontos de tensão da segunda geração em França?*

— Creio que para tornar simples as coisas complexas podemos opôr, por exemplo, a segunda geração portuguesa à segunda geração magrebina ou ainda à segunda geração africana. Quais as diferenças essenciais que podem ser encontradas? A segunda geração portuguesa — tanto quanto nos é possível aperceber a partir das pré-investigaçãoes que foram feitas (e cabe aqui sublinhar que há muito a fazer neste domínio) — parece, no seu conjunto, um dos grupos de populações que aparentam ter um menor grau de conflito com o meio de acolhimento. Há menos conflito porque:

1 — A segunda geração portuguesa não é completamente visível, transparente, perante o «olhar» da sociedade de acolhimento.

2 — Por outro lado, ela provém de famílias que têm um sistema de valores baseado num desejo de mobilidade social. Daí resulta que os pais, que são analfabetos, invistam no futuro, no projecto e no devir dos seus filhos. Para tal e na medida do possível exploram ao máximo as possibilidades que lhes são oferecidas pelas sociedades de acolhimento.

Este ponto é particularmente importante — e por isso é necessário estudá-lo — porque nos reenvia ao problema da coesão da célula familiar portuguesa, que parece ser bastante forte na imigração. O projecto de educação é pois resultado de uma família nuclear coerente na qual a mulher tem um papel bastante particular que vai em certa medida atenuar ao máximo as tensões, os conflitos e os problemas.

Os estudos feitos sobre a escolaridade, sobre a delinquência, enfim, todos os pontos quentes onde se podem medir os conflitos de tensão demonstram que — pelo menos ao nível das pré-investigaçãoes, embora ainda haja aí muito a fazer — o grupo dos portugueses não aparenta ser, comparado com os outros, uma população de tensão e de conflito. Se, pelo contrário, se pegar no grupo dos magrebinos surgem grandes problemas. Existem problemas ao nível da população feminina. Sayad, sociólogo magrebino, demonstrou claramente nos seus trabalhos que a visão da mulher na cultura magrebina é bastante excludente, existindo um certo número de tensões com o meio francês.

A exclusão por parte dos franceses de que há pouco falei, alia-se a problemas de língua, de cultura, de religião, de alimentação, de política e do passado, fazendo com que a linguagem da violência permaneça actual. Assim, indubitavelmente — todas as investigaçãoes o demonstram — existem maiores problemas com o grupo magrebino do que com o grupo português. O facto de existirem investigaçãoes em menor número sobre os portugueses em relação aos magrebinos, evidencia o facto de nos primeiros existirem igualmente menos problemas, o que, contudo, também interessa aos investigadores das ciências sociais.

Pode-se assim ver que pela utilização dos indicadores da etnicidade é possível construir análises «objectivas» — a objectividade em ciências sociais tem que ser vista entre aspas — e alcançar diagnósticos bastante sólidos.

Ainda falando de pontos de tensão é comum, em momentos de crise, a existência ocasional de mudanças a que são subjacentes modificações operadas em função de alterações económicas do meio. Crê que, actualmente em França, haja uma evolução das atitudes dos franceses em relação à segunda geração?

— Há grandes problemas a esse nível colocados pelas duas sociedades, francesas e migrantes. A crise incide igualmente nos países desenvolvidos e nos sub-desenvolvidos. Direi mesmo que ela afecta ainda e uma vez mais, em maior grau, os países sub-desenvolvidos, porque nestes aos problemas económicos de desemprego aliam-se os problemas demográficos, de tal forma que o conjunto toma uma feição desastrosa. Em países como os da Europa, a França em particular, o resultado é catastrófico. Nos países em vias de

desenvolvimento a situação é ainda pior, já que o desemprego é ainda maior e a demografia galopante.

Nessa altura todos os velhos demónios de exclusão acordam e os discursos de nacionalização assumem a sua importância.

Pode-se dizer que em França, com o despertar do movimento de extrema-direita, que mantém um discurso evocador da raça, da pureza da nação francesa, reencontramos os discursos afectos aos movimentos fascizantes dos anos 30. Paralelamente, há demonstrações económicas: a França tem 3 milhões de desempregados e 4 milhões de trabalhadores estrangeiros. A solução é, portanto, expulsar os quatro milhões com os respectivos filhos e a partir daí o desemprego acabará em França.

Este tipo de discursos, quando «tocam» uma população inquieta e ameaçada, torna-se perigoso, embora eu creia que seja falso, mas além disso não faz simplesmente apelo à razão, mas sim à emoção, e todos sabemos o grau de irracionalidade que governa as populações. Daí que eu penso que o problema da segunda geração está imbrincado nesta atmosfera, e o seu estudo não é possível se ela for amputada do contexto socio-económico e político em que está inserida. Os exemplos da Inglaterra, da Alemanha, da Holanda, da França, que são os países da Europa que mais acolheram estrangeiros, sublinham isso claramente. As condutas a adoptar vão ser condutas de projecto mas serão diferentes segundo o grau de tolerância maior ou menor para com os países donde provêm os migrantes. Resumindo, o discurso consistirá na prática em expulsar em primeiro lugar os Africanos, em seguida os Magrebinos e depois talvez os Portugueses. Uma vez mais os últimos são os Portugueses. É o catálogo da etnicidade.

— Falámos de alguns pontos de tensão, de fricção com a sociedade de acolhimento. Segundo a sua opinião e tendo em conta os problemas actuais, como vê o futuro desta segunda geração em França. Será que vai melhorar a situação ou será que vai piorar? Será a integração ou será a marginalização?

— Creio que tem vindo a ser difundido um discurso bastante catastrófico sobre esse assunto mas, em minha opinião, não há razão para nos precipitarmos, e se estudarmos friamente, calmamente, com os parâmetros das ciências sociais que estão ao nosso alcance, o que se passou em França de há um século para cá, temos todos os motivos para crer que tudo irá terminar bastante bem. É certo que ninguém toma banho duas vezes no mesmo rio e que a história não é um recomeço perpétuo, mas observando o que se passou em França nos anos 1920 e 1930, notou-se que a França acolheu então, proporcionalmente, mais migrantes que os Estados Unidos. Isto acaba de ser demonstrado por um trabalho recente de Noiriel.

Se examinarmos as famílias francesas sob o ângulo demográfico proposto por René Girard constatamos que um em cada três franceses tem nos seus antepassados das duas gerações anteriores, um estrangeiro, isto é, alguém que não nasceu no solo francês. Consequentemente, é preciso compreender bem que a sociedade francesa, que pelo seu discurso ideológico se quer afirmar uma, indivisível e jacobina, é, na realidade, uma sociedade multirracial.

(Continua na pág. 32)

CONGRESSO NACIONAL SOBRE A ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE

Decorreu no Porto, nos dias 1, 2 e 3 de Novembro, o Congresso Nacional sobre a Adolescência e Juventude organizado pelo Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar com a colaboração de diversas entidades, e no âmbito do «Ano Internacional da Juventude» e do 10.º aniversário do I.C.B.A.S..

O congresso realizou-se na Faculdade de Economia do Porto e contou com a presença de numerosos profissionais, do domínio da psiquiatria, psicologia, saúde e educação cuja actividade profissional está de algum modo ligada com esta faixa etária. Ao longo dos três dias em que decorreu, foram apresentadas cerca de 100 comunicações, divididas pelos vários simpósios, debates, mesas redondas e conferências, abordando temas de áreas como a saúde, a psicologia, a pedagogia, a sociologia e a política económica.

Na sessão de encerramento o Prof. Doutor Eurico Figueiredo, presidente da Comissão Organizadora do congresso, congratulou-se pela forma como este tinha decor-

rido e agradeceu a todos os participantes o contributo que deram na clarificação e compreensão dos diversos aspectos relacionados com adolescência e juventude.

CURSOS DE TERAPIA COMPORTAMENTAL E DE SEXOLOGIA CLÍNICA

No âmbito das actividades de formação da «Unidade de Terapêutica Comportamental» do Hospital Magalhães Lemos e da «Associação Portuguesa de Terapia do Comportamento», previstas para o ano lectivo de 1985/86, realizam-se a partir do dia 12 de Dezembro de 1985 e do dia 16 de Janeiro de 1986 um *Curso de Terapia Comportamental* (sob orientação do Prof. Dr. Adriano Vaz Serra) e um *Curso de Sexologia Clínica* (sob a orientação do Dr. Francisco Allen Gomes), respectivamente.

Os cursos terão lugar quinzenalmente às 5.ªs-feiras no horário indicado, no Hospital Magalhães Lemos, sendo abertos a todos os interessados mediante inscrição, a qual deverá ser efectuada até ao dia 10 de Dezembro no que respeita ao Curso de Terapia do

Comportamento e até ao dia 14 de Janeiro no tocante ao Curso de Sexologia Clínica.

Do programa do Curso de Terapêutica Comportamental constam os seguintes temas:

Características gerais do modelo comportamental; A questão da substituição de sintomas; Algumas concepções erradas sobre os métodos comportamentais; Neurose de angústia (etiologia comportamental, manifestação e tratamento); Relaxamento; Dessensibilização sistemática e outras técnicas clássicas de tratar a ansiedade; Determinantes cognitivas das emoções e terapias cognitivas da ansiedade; Neurose fóbica (etiologia comportamental, manifestações e tratamento); Neurose histérica (etiologia comportamental, manifestações e tratamento); Neurose obsessivo-compulsiva (etiologia comportamental, manifestações e tratamento); A ansiedade em crianças; Fobias infantis; Aspectos comportamentais das depressões.

Além do exposto ainda serão observados e esboçados tratamentos comportamentais de casos clínicos.

NOVOS PREÇOS DO JORNAL DE PSICOLOGIA PARA 1986

O Jornal de Psicologia anuncia um aumento dos preços de assinatura e do preço de capa para 1986. Os novos preços agora fixados são os seguintes: assinatura individual, 400\$00; instituições, 500\$00; preço de capa, 100\$00.

Os aumentos agora anunciados

resultam do considerável aumento dos encargos de impressão e das despesas administrativas, que decorrem não só da inflação, mas também do próprio crescimento do JP, quer quanto ao número de páginas, quer quanto ao aspecto gráfico.

É evidente que o JP não deixará de procurar oferecer contrapartidas aos seus leitores: o número de páginas do JP deverá aumentar,

o aspecto gráfico sofrerá novas melhorias, e encara-se mesmo a possibilidade de o JP passar a sair 6 vezes por ano, e não 5 como até agora.

Enfim, 1986 está ao virar da esquina, e o Jornal de Psicologia encara-o com o maior optimismo — e certo de que os leitores responderão aos esforços que a jovem equipa do JP vem desenvolvendo.

Continuado da ENTREVISTA COM...

Daí se conclui da existência de uma capacidade de absorção, que não evita contudo o aparecimento de crises, confrontos e dificuldades, mas aos quais se sobrepõe um potencial assimilador bastante grande. Mas actualmente, tendo em conta as mudanças a que já nos referimos, isto é, a multiplicidade dos contactos que vão existir entre as duas sociedades, o reconhecimento da cultura do outro, a especificidade e a humildade que não existiam provavelmente nos anos 30-40, a assimilação deixou de ser o objectivo final. Já em 1927-28, Paris, um sociólogo da emigração da escola de Chicago, se havia apercebido desse facto, tendo publicado um artigo cujo título é praticamente um programa para os dias de hoje, «Aculturação sem Assimilação».

Os Estados Unidos mostram perfeitamente um modelo para o qual, em minha opinião, se devem encaminhar as sociedades europeias, ou seja, um estado, uma nação no seio da qual coexistam grupos que têm uma pertença elevada com essa nação mas que têm igualmente a sua maneira, melhor dizendo, o seu génio cultural singular para gerir os seus próprios negócios. Um livro que acaba de ser publicado, da autoria de Thomas Sowell e cujo título em francês é «L'Amérique et ses ethnies», mostra como se pode ser americano sendo ao mesmo tempo japonês, chinês, português, italiano, irlandês, judeu, etc. Todos «são americanos» à sua maneira. Creio que a sociedade francesa se encaminha mais ou menos conscientemente para esta solução, com maior ou menor boa vontade, e que ao nível das ciências sociais há muito a fazer neste domínio.